

INSTITUTO ENSINAR BRASIL

FACULDADES UNIFICADAS DE IÚNA

CURSO DE PEDAGOGIA

**ABUSO SEXUAL INFANTIL: IMPLICAÇÕES NO
AMBIENTE ESCOLAR**

**ANA PAULA MINEGUCE DA SILVA
DENISE DOS SANTOS PEREIRA PIRES**

**Iúna
2013**

**Ana Paula Mineguce da Silva
Denise dos Santos Pereira Pires**

ABUSO SEXUAL INFANTIL: IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Instituto Ensinar Brasil, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia Orientado pela Prof. Júnia Moreira de Freitas.

lúna
2013

**Ana Paula Mineguce da Silva
Denise dos Santos Pereira Pires**

ABUSO SEXUAL INFANTIL: IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

**Monografia submetida à Comissão
examinadora designada pelo Curso de
Graduação em Pedagogia do Instituto
Ensinar Brasil de Iúna/ES como
requisito para obtenção do Grau
licenciatura em Pedagogia.**

Prof.^a Júnia Moreira de Freitas (Orientadora)
Instituto Ensinar Brasil

Prof.^a Cândida Orlandina Dias Berbet
Instituto Ensinar Brasil

Prof.^a Laudineia Pirovani da Costa
Instituto Ensinar Brasil

Iúna, 21 de novembro de 2013.

“É dolorosamente injusto que uma criança tenha que estar exposta a tantos perigos. A vida pode ser tão divertida e cheia de satisfação. Creio que é necessário escutar as crianças, protegê-las e amá-las. Às vezes me pergunto quão diferente teria sido a minha vida se alguém, na minha infância, me tivesse escutado, protegido e cuidado com amor; alguém que me tivesse perguntado: Meu amor, alguém te entristeceu hoje? Posso ajudar-te?” (*Uma vítima*)

Dedicamos a todas as crianças que sofre ou sofreram o infortúnio do abuso sexual.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pelas oportunidades que me foram dadas, por ter me ajudado a transformar as fases difíceis em matérias - primas de aprendizado.

Aos meus amigos, com os quais compartilhei momentos inesquecíveis, únicos.

A todos meus professores desde a educação infantil a graduação, principalmente aos docentes da EEEFM “Arquimimo Mattos” que foram pacientes comigo e acreditaram na minha capacidade de vencer.

A minha família, que compreendeu que minha ausência era necessária para meu crescimento.

Enfim, quero agradecer a todos, que fizeram parte dessa história.

“Por mais árdua que seja a luta, por mais distante que um ideal se apresente, por mais difícil que seja a caminhada, existe sempre uma maneira de vencer: A Nossa Fé”.

Ana Paula Mineguce da Silva

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento a minha força e disposição e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Agradeço a meu esposo Uriel Figueiredo Pires pelo amor e paciência, aos meus queridos filhos Matheus, Gustavo e Roniel pelo carinho, compreensão e motivação, vocês são minha fonte de inspiração!

Aos Professores que dividiram seus conhecimentos e contribuíram para meu crescimento acadêmico, à minha orientadora Júnia Moreira de Freitas que acreditou em mim.

A todos os funcionários que atenderam minhas solicitações gentilmente, especialmente minha amiga Lúcia (bibliotecária) pela atenção e carinho, você é 10!

Agradeço a minha colega Ana Paula Mineguce que participou comigo deste trabalho, valeu!

Denise dos Santos Pereira Pires

“Há de se encontrar um caminho de comunicabilidade por onde transitem as vozes que não falam, as inquietudes que não se exprimem, as palavras que o tempo não escuta, mas que enchem as distâncias que existem entre a alma do aluno e a do professor.” (*Cecília Meireles*)

RESUMO

O presente estudo teve como foco analisar de que forma as Escolas Municipais da sede da cidade de Lúna/ES lidam com a questão do abuso sexual infantil intrafamiliar. Para tanto foi realizado uma pesquisa bibliográfica, descritiva e de levantamento de dados através de questionário aplicado aos professores e equipe pedagógica. Os dados coletados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. Constatou-se que as escolas pesquisadas não dispõem de programas de prevenção com seus alunos sobre o abuso sexual e que os profissionais que trabalham na instituição, não possuem nenhuma formação a respeito da temática. Os resultados qualitativos demonstraram que os professores e equipe escolar necessitam de reflexão e estudo sobre o assunto, visto que é de grande importância que estejam preparados para intervir nesta grave realidade causadora de prejuízos psicológicos, cognitivos, comportamentais e físicos às crianças e adolescentes.

Palavras-chaves: Abuso sexual infantil intrafamiliar - escola - criança/adolescente.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Classificação dos respondentes por gênero.....	31
GRÁFICO 02	Distribuição dos respondentes por faixa etária.....	32
GRÁFICO 03	Levantamento do tempo de atuação dos profissionais na instituição.....	32
GRÁFICO 04	Distribuição da função exercida na escola pelos respondentes.....	33
GRÁFICO 05	Entendimento dos respondentes acerca do conceito de abuso sexual infantil intrafamiliar.	34
GRÁFICO 06	Conhecimento acerca das consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar.....	36
GRÁFICO 07	Identificação de situações ou sintomas que denotam que o aluno sofre o abuso sexual.....	38
GRÁFICO 08	Conhecimento acerca da influência do abuso sexual no processo ensino/aprendizagem dos alunos.....	39
GRÁFICO 09	Fatores que influencia no processo ensino/aprendizagem dos alunos.....	40
GRÁFICO 10	Levantamento da opinião dos respondentes quanto à responsabilidade das escolas em denunciar o abuso sexual sofrida pelos alunos.....	41
GRÁFICO 11	Levantamento da opinião dos respondentes quanto o papel das escolas diante da suspeita de abuso sexual infantil.....	42
GRÁFICO 12	Levantamento dos respondentes quanto à atitude que a escola deve tomar no enfrentamento do abuso sexual infantil...	43
GRÁFICO 13	Levantamento dos respondentes quanto à participação em curso específico sobre abuso sexual infantil.....	44
GRÁFICO 14	Levantamento da existência de programa de prevenção com relação à temática do abuso sexual infantil.....	45
GRÁFICO 15	Distribuição dos respondentes quanto ao conhecimento da Lei que proíbe qualquer forma de violência especificamente a sexual.....	46

GRÁFICO 16 Levantamento dos respondentes quanto sua responsabilidade pela intervenção com os alunos que sofrem violência sexual..... 48

LISTA DE TABELA

TABELA 01	Conceito do abuso sexual infantil intrafamiliar, segundo os respondentes.....	35
TABELA 02	Consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar, segundo os respondentes.....	37
TABELA 03	Lei que protege a criança e adolescente de qualquer forma de violência, especificamente abuso sexual.....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	BREVE HISTÓRICO DO COMBATE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL....	15
2.1	CONCEITUANDO E CLASSIFICANDO O ABUSO SEXUAL INFANTIL....	17
2.2	ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR OU INCESTO.....	18
2.3	CONSEQUENCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	20
2.4	PREVENÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E MEDIAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: IMPLICAÇÕES DA ESCOLA.....	21
3	METODOLOGIA.....	26
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	26
3.2	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	29
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICE.....	57

1 INTRODUÇÃO

Diante do grave problema do abuso sexual infantil e da importância dos profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes estarem preparados para intervir nesta realidade, o presente estudo traz como tema – Abuso sexual infantil: Implicações no ambiente escolar.

Segundo Braun (2002) dentre as violências cometidas contra crianças e adolescentes, encontra-se a violência sexual, considerada a mais desastrosa, podendo atingi-las em seu desenvolvimento global, ocasionando vários prejuízos de uma só vez.

A Violência sexual é capaz de causar constrangimentos, sequelas físicas, emocionais, cognitiva, psicológica, causar prejuízos ao aprendizado e desenvolvimento pleno do indivíduo, exercendo impacto em longo prazo na vida das vítimas. Crianças e adolescentes formam grupos mais expostos e vulneráveis a violência (BISCEGLI et al, 2008).

Configura-se violência sexual todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a vítima, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou adolescente ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa, conceitua Azevedo; Guerra (2007).

Uma das formas de manifestação da violência sexual é o abuso sexual, sendo que este pode ser intrafamiliar, também chamado incesto ou extrafamiliar ressalta Pimenta (2009).

É necessário reconhecer que toda sociedade é responsável por garantir que crianças e adolescentes desenvolvam-se livres da violência. “(...) é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente de poder estar à salva de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante ou constrangedor (...)” (BRASIL, 1998, p.37).

Dessa forma, torna-se um compromisso ético dos profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes a atuação no sentido de prevenção, identificação do abuso sexual infantil e formas de enfrentamento (KAEFER; TRAESEL; FERREIRA, 2010).

Em virtude deste contexto define-se como problema de pesquisa: Como as Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Lúna/ES lidam com a questão do abuso sexual infantil intrafamiliar?

O objetivo geral é investigar como as Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Lúna/ES lidam com a questão do abuso sexual infantil intrafamiliar.

Os objetivos específicos são:

- Conhecer a concepção que os professores e equipe pedagógica das escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Lúna/ES possuem a respeito do abuso sexual intrafamiliar (conceito, diagnóstico, consequência, e papel da escola no enfrentamento do caso);
- Verificar o conhecimento que os professores e equipe pedagógica das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede de Lúna/ES possuem sobre a legislação, referentes aos direitos da criança e adolescentes, especificamente no diz respeito ao abuso sexual infantil;
- Identificar o posicionamento que seria adotado pelos profissionais das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Lúna/ES, frente a suspeita ou confirmação do abuso sexual contra crianças e adolescentes matriculados nesta escola.

Depois da casa a escola é o ambiente onde a criança passa mais tempo, este é um lugar privilegiado de socialização, construção do conhecimento e autonomia. Os adultos responsáveis por essa formação estão numa posição favorável na detecção de vitimização do aluno (KAEFER; TRAESEL; FERREIRA, 2010).

Folgato (2008) afirma que a escola juntamente com a família tem o compromisso de fazer um trabalho preventivo por meio de orientação sexual, notificar autoridades competentes sobre casos suspeitos ou confirmados de maus tratos, que inclua a violência sexual.

Desta maneira, as razões do interesse pela pesquisa sobre o abuso sexual infantil foram decorrentes da necessidade das pesquisadoras enquanto ser social e futuras pedagogas de conhecerem de forma mais aprofundada o fenômeno para a partir de então, intervir nessa realidade, identificando casos de suspeita ou confirmação de abuso sexual infantil intrafamiliar e, assim, romper seu ciclo, bem como oferecer apoio pedagógico e encaminhamento psicológico às vítimas.

A presente pesquisa permitirá a sociedade saber o grau de conhecimento que os profissionais das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Lúna/ES possuem sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar e até que ponto estão preparados diante deste grave problema.

O estudo também será uma fonte de pesquisa para os alunos do curso de pedagogia a qual poderão aprofundar seus conhecimentos em relação ao assunto, além de oferecer informações sobre a realidade das escolas do município, referente ao tema.

A presente pesquisa foi de caráter descritivo, quanto aos objetivos, bibliográfica e levantamento de dados, quanto aos procedimentos de coleta de dados foi utilizado questionário direcionado aos docentes e equipe pedagógica das Escolas Municipais de educação infantil e Ensino Fundamental urbana da cidade de Lúna.

2 BREVE HISTÓRICO DO COMBATE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

A infância tem sido alvo de violência desde a antiguidade em várias culturas, independente da classe social, grupo étnico ou religioso, estando esta, reduzida a condição de objetos de maus tratos. O abuso sexual infantil está inserido neste quadro (BRAUN, 2002).

O empenho contra maus tratos cometidos a criança surgiu tardiamente, uma vez que a criança não era reconhecida em sua cidadania como sujeitos de direitos e em sua especificidade de pessoas em desenvolvimento afirma Neves *et al.* (2010).

Segundo Labadessa; Onofre (2010) a primeira organização de caráter internacional criada para a prevenção de abuso e abandono de crianças foi a *Society For The Prevention of Child Abuse and Neglect*, fundada em 1977, a qual reuniu profissionais de muitos países com objetivo de realizar congressos mundiais a cada dois anos e estimular criação de novas entidades e serviços de proteção em vários lugares do mundo.

No Brasil, as primeiras organizações para a proteção de crianças vítimas de maus-tratos surgiram nos anos de 1980, entre estas está o Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância – CRAMI, de Campinas (SP) criada 1985, foi à primeira agência desse gênero apontam Labadessa; Onofre (2010).

Em 1988, os direitos da infância e da adolescência passam a ser garantidos, pela Constituição Federal de 1988, especificamente no art. 227. Inicia-se a proteção da infância e adolescência, salientando direitos e deveres dos pais para com os filhos (BRASIL, 1988).

Em seguida é promulgado no dia 13 de junho de 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei de nº 8.069, que respaldado na Constituição de 1988 elaborou novos parâmetros para contrapor a violação dos direitos da criança, gerando instrumentos legais para o enfrentamento da infração desses direitos (GUIA ESCOLAR, 2004).

O Estatuto determina, entre outros, criação de serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

As reivindicações continuam, Neves *et al* (2010) cita que em 1996, aconteceu o I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, na Suécia, e que este foi considerado um marco inicial na luta internacional e no reconhecimento dos crimes cometido contra crianças e adolescentes.

A mobilização brasileira sobre esse tema determinou o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, com o slogan “Esquecer é Permitir Lembrar é Combater” (NEVES *ET AL*, 2010).

De acordo com o Guia Escolar (2004) em 2000, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Enfrentamento à violência sexual infantil, propondo-se firmar ações que permitissem intervenções políticas e financeiras para enfrentar essa modalidade de violência, garantindo atendimento especializado às vítimas, e ação de prevenção.

Em 2001 foi implantado o Programa Sentinela (Secretaria de Estado de Assistência Social) constituindo a primeira ação pública no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, representando uma vitória da sociedade brasileira. Hoje, recebe a denominação de Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, mencionam Labadessa; Onofre (2010).

O Guia Escolar (2004) destaca que em maio de 2002, inserido no capítulo 141 do Plano Nacional de Direitos Humanos, está o direito ao desenvolvimento sexual saudável como conceito integrante do pleno desenvolvimento harmonioso da criança e do adolescente na ótica dos direitos humanos.

Houve várias manifestações contra o abuso sexual infantil, no entanto, ainda há muito o que fazer para mudar a realidade brasileira e mundial. É constatada que esta prática continua acontecer, pois, esta realidade é confirmada através dos noticiários veiculados a cada dia, enfatiza Elias (2010).

2.1 CONCEITUANDO E CLASSIFICANDO O ABUSO SEXUAL INFANTIL

De acordo com Azevedo; Guerra (2007) abuso sexual é caracterizado por atos de violência física ou não, de alguém que utiliza uma criança ou adolescente para sentir ou promover prazer; entendendo que essa não é capaz ou não possui idade para compreender.

O abuso sexual infantil é uma das formas de maus tratos em que pode ocorrer violência física ou não, associada à violência psicológica, geralmente repetitivo e intencional. Simplificando, o abuso sexual infantil deve ser entendido como uma situação que ultrapassa os limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, de regras sociais e familiares e de tabus (FALEIROS, 2008).

Essa experiência poderá interferir no desenvolvimento da criança e do adolescente considerando que estes não têm ainda independência emocional e maturidade plena para dar seu consentimento o que supõe que sua participação foi obtida mediante indução física ou psicológica, ressalta Cordeiro (2006).

Neste caso é importante saber que é considerado criança de acordo o Estatuto da Criança e Adolescente no Art. 2º a pessoa de até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Guia Escolar (2004); Brasil (2006); Faleiros (2008) apontam que podemos entender a violência sexual contra crianças e adolescentes como englobando situações de abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, sem caráter comercial e o abuso sexual comercial. Analisa-se a seguir:

Abuso sexual intrafamiliar, objeto de estudo desta pesquisa, é aquele que ocorre no contexto doméstico também chamado de incesto, que atualmente é entendido como todo contato sexual envolvendo: pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos, tios, avós, cunhados e cuidadores da vítima (BRASIL, 2006).

Abuso sexual extrafamiliar é aquele praticado por alguém que a criança conhece ou não, ou conhece pouco: vizinhos, médicos, religiosos ou por uma pessoa totalmente desconhecida. Normalmente envolve exploração sexual e pornografia (FALEIROS, 2008).

Exploração sexual comercial de crianças implica em relações abusivas de poder assinaladas pelo comércio dos corpos infantis. Existem quatro modalidades reconhecidas de exploração sexual comercial; são elas: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais (BRASIL, 2006).

Quanto às modalidades do abuso sexual infantil, de acordo com o Guia Escolar (2004) observa-se: sem contato físico e com contato físico.

Abuso sexual sem contato físico: assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo, pornografia (SANDERSON, 2005).

Abuso sexual com contato físico: inclui carícias nos órgãos genitais, beijos, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal, enumera Sanderson (2005). Estes estão tipificados no código penal como atentado violento ao pudor, corrupção de menores, estupro de vulneráveis, assédio sexual (BRASIL, 1940).

2.2 ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR OU INCESTO

A família representa o que há de mais importante na vida do ser humano, por meio da convivência com os pais as crianças absorvem continuamente informações para seu desenvolvimento. É no lar que crianças e adolescentes precisam se sentir protegidas, cuidadas e amadas (FERRARI, 2002).

Porém, Pimenta (2009) destaca que a maioria dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes ocorrem no ambiente familiar onde supostamente deveria ser um lugar de desenvolvimento e proteção.

Geralmente as vítimas são do sexo feminino e os agressores do sexo masculino e o abusador pode ser uma pessoa da qual ninguém desconfia, explica Faleiros (2008).

Uma pesquisa realizada por Habigzang; Ramos; Koller (2011) mostra que 75% dos casos confirmados do abuso sexual infantil ocorrem no contexto familiar e 95,6% das vítimas são do sexo feminino com idades entre 5 á 16 anos, todavia, Elias (2010) ressalta que crianças e adolescentes são abusadas em todas as idades.

Da mesma forma Sanderson (2005) destaca que o abuso sexual infantil pode começar em qualquer idade, desde as primeiras semanas de vida até os 18 anos; no entanto, acredita-se que a faixa etária de maior risco está entre 4 a 13 anos.

Confirmando a realidade do abuso sexual intrafamiliar, cabe citar uma notícia publicado no jornal “A Notícia do Caparaó”, que relata um caso recente de um homem que abusava sexualmente da filha de 4 anos e dos enteados, um com 6 e o outro com 10 anos de idade, após denúncia da mulher o abusador foi detido pela polícia (SALOTO, 2013).

Segundo Faleiros (2000) abuso sexual intrafamiliar também chamado de incesto é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar ou relação de responsabilidade.

Ferrari (2002) afirma que o incesto é uma das piores formas de abuso sexual infantil, porque está relacionada às emoções e conflitos familiares. A criança não se sente mais segura em sua própria casa, e, não tendo para onde fugir é obrigada a conviver com o incesto onde o agressor está sempre presente.

Cabe ressaltar que o abuso sexual infantil pode ocorrer contra a vontade da criança ou por indução desta. As vítimas quase sempre são subornadas, chantageadas, amedrontadas e estimuladas ao ato sexual; estas, não falam que estão em perigo (BRAUN, 2002).

Trata-se de situações pouco perceptíveis, principalmente pelo complô de silêncio, que é mantido tanto pelo agressor, quanto pela vítima. Acontece sob constantes ameaças ou suborno, por parte do agressor, perpetuando a violência, esclarece Barbosa (2008).

Faleiros (2008) menciona que este relacionamento caracteriza-se como perverso, pois se mantém através da dominação psicológica. O abusador ameaça ou seduz a vítima sutilmente anulando sua capacidade de decisão, esta acaba envolvida em uma armadilha da qual não pode e nem sabe como se livrar.

Esse processo de aprisionamento é construído através de uma “trama emocional contraditória de amor e ódio, sedução e ameaça o que faz com que a vítima, amedrontada e confusa permaneça imobilizada” (FALEIROS, 2000, p.13).

O receio da criança em contar o ocorrido está associado também ao medo da rejeição familiar, de ser desacreditada, vergonha, medo de perder os pais

ou ser expulso de casa, de ser o causador da discórdia familiar e a falta de informação ou consciência sobre o que é abuso sexual, argumenta Furniss (1993).

Quanto às mães que têm conhecimento do abuso e silencia, Barbosa (2008) menciona o medo destas de agressão, da separação da família, de não saber a quem recorrer, à dependência financeira. Algumas destas mães têm sentimentos de culpa e responsabilidade por terem ignorado o abuso contra os filhos e as suas consequências.

2.3. CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

De acordo com Barbosa (2008) as consequências sobre as vítimas que sofrem com abuso sexual infantil pode variar de uma para outra, dependendo da idade na época do abuso; a duração e a frequência; os tipos de atos sexuais; o uso da força ou da violência; a idade do abusador e o relacionamento da criança com este.

Borges; Dell’Aglío (2008) confirmam que abuso sexual infantil é um acontecimento traumático e um fator de risco para o desenvolvimento da criança e do adolescente devido às graves sequelas físicas, comportamentais, sociais, psicológicas e cognitivas como abaixo explicado:

Sequelas Físicas: lesões diversas da genitália ou ânus; anormalidades anais ou vaginais; doenças sexualmente transmissíveis; gravidez; infecção urinária; secreções vaginais; doenças somáticas (BRASIL, 2006; BRAUN, 2002).

Comportamentais e sociais: Comportamento sexual inapropriado; comportamento submisso; ativo ou antissocial; comportamento pseudomaduro; insinuação de atividade sexual; brincadeiras sexuais inadequadas com outros e consigo mesmo; compreensão inadequada para a idade sobre sexo; chegar cedo a escola e sair por último; incapacidade para fazer amizades; não confia nas pessoas; comportamento sedutor com pessoas do sexo feminino ou masculino; fuga de casa; alteração no sono; envolvimento com drogas; alteração de personalidade; alto mutilação; baixo auto estima (GUIA ESCOLAR, 2004; BRASIL, 2006).

Psicológicos: sentimento de culpa; sentimento de vergonha; tristeza; ideias de suicídio; confusão mental; ambivalência: ama e odeia o agressor no caso de incesto; irritação; medo; insegurança; sentimento de desamparo. Psicopatologias mais associadas à ocorrência de abusos sexuais estão os transtornos de humor, transtornos de ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos alimentares, transtorno de abuso de substâncias tóxicas (BORGES; DELL'AGLIO 2008).

Quando adultos as crianças que sofreram abuso sexual podem desenvolver quadros de transtornos relativos à sexualidade, como dor e até mesmo a perda da capacidade de sentir prazer nas relações sexuais, completa Brasil (2006).

Cognição: Na escola ficam evidentes as consequências do abuso sexual em relação ao cognitivo da criança, pois é visível a falta de concentração e a dificuldade de aprendizagem, argumenta Sanderson (2005).

Sobre essa realidade Rosas; Cionek (2006) afirmam que o aspecto cognitivo e o aspecto afetivo estão interligados, um problema emocional, que pode ser em decorrência do abuso sexual, poderá refletir diretamente na aprendizagem.

Em resumo Melli (2011) ressalta que a criança que esta sob constante estresse (medo, tristeza, preocupada) não conseguirá absorver o que espera que se aprendam na escola; em consequência, estas não terão um bom rendimento acadêmico.

Por outro lado, Sanderson (2005) esclarece que crianças vítimas de abuso sexual que se desenvolver bem na escola é porque concentra toda sua energia no aprendizado, encontrando assim, um refúgio.

2.4 PREVENÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E MEDIAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: IMPLICAÇÕES DA ESCOLA.

A escola, depois o lar são locais onde a criança passa a maior parte do tempo, e se propõe a oferecer formas diversas de desenvolvimentos e de expressões, sendo também um espaço onde a criança pode revelar e manifestar a angústia do seu dia-a-dia (FOLGATO, 2008).

Por ter este contato quase que diário com a criança, Brino; Williams (2003) enfatizam que a escola pode e deve ser um agente de proteção e às vezes chegar a ser o único refúgio da criança abusada, nos casos em que a própria família é a responsável pela violência.

Em relação à prevenção do abuso sexual infantil a participação da escola é fundamental, pois é seu papel transmitir às crianças conhecimentos sobre seu corpo através da Orientação Sexual, possibilitar reflexões e noções dos limites que estes devem impor com relação a ter seu corpo tocado por outras pessoas, bem como seus direitos com vista à autodefesa, argumenta Brasil (2006).

De acordo com Brino; Williams (2008) o abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente e relatar para alguém o ocorrido.

Nos casos de incesto, a criança poderá achar no professor a confiança que o ajudará romper a síndrome do silêncio, principalmente se a escola a tiver orientado para tal (BRINO; WILLIAMES, 2008).

Sanderson (2005) afirma que a busca de conhecimento para identificação dos casos de abuso sexual infantil é de grande importância para escola e responsáveis pela criança, assim como a sensibilização da população em geral, esta formação deve ser vista como um trabalho de prevenção.

Entende-se que o abuso sexual infantil é de difícil identificação, pois, na maioria das vezes não deixam marcas físicas e é cercado pelo silêncio e negação, nesse caso, torna-se fundamental a observação das alterações emocionais e comportamentais da criança e interação familiar, salientam Rosas; Cionek (2006).

Há outros elementos importantes na identificação do abuso sexual infantil, é a observação dos gestos, expressões verbais, brincadeiras, encenações, desenhos. Detalhes nem sempre decodificados pelo professor, porém, podem sinalizar o sofrimento vivido pela criança (FOLGATO, 2008).

Barbosa (2008) em sua dissertação de mestrado em Psicanálise cita em especial os desenhos realizados por crianças vitimizadas sexualmente:

A criança revelará repetidamente na escola o intenso conflito traumático através de seus desenhos, que falarão de corpos mutilados, uma imagem corporal fragmentada, tais como figuras sem rosto, sem braços; mãos que batem, mãos em forma de punhal, olhos que espreitam, pessoas sem roupa, órgãos genitais, quarto trancado, criança chorando e prisão; ou em suas redações, poemas e contos, um conteúdo rico para o professor

observar, identificar e ajudar a criança no seu pedido de socorro. Em um trabalho em sala de aula sobre o corpo, a identidade ou a imagem corporal, o educador poderá criar situações em que a violência sofrida se tornará evidente (BARBOSA, 2008, p.83).

A ação de observar e ouvir as crianças ajudará o professor conhecer melhor seus alunos, seus sentimentos, reações e atitudes vivenciadas em seu dia-a-dia, possibilitará captar o que há por detrás das brincadeiras e comportamento destes (ELIAS, 2010).

O reconhecimento dos sinais de vitimização deveria ser detectado o quanto antes, assim, seria possível fazer uma intervenção preventiva que diminuiria as consequências imediatas, desta forma a criança poderia ser rapidamente acolhida, compreendida e ajudada como afirmam Brino; Williams (2008).

Portanto, a capacitação dos profissionais da área da educação é de suma importância, principalmente quando se trata de alunos muito jovens ou que apresentem dificuldades em relatar verbalmente o abuso sexual ou ainda que apresentem atrasos cognitivos significativos como no caso de crianças portadoras de deficiência mental, sustenta Barbosa (2008).

Apesar da necessidade dos profissionais que lidam diretamente com crianças estarem capacitados para intervir em situações como maus tratos de crianças, um estudo realizado por Habigzang; Ramos; Koller (2011) revelou que os mesmos têm pouco conhecimento sobre os sinais e sequelas resultantes do abuso sexual.

Além do pouco conhecimento sobre o assunto os professores demonstraram desconforto com o tema; medo de envolverem-se em denúncias ou não têm conhecimento sólido das leis que ampara a criança e penaliza aos que forem omissos, por isso a baixa notificação (BRINO; WILLIAMS, 2003).

Folgato (2008) enfatiza que a denúncia é a única forma de acabar com os casos comprovados e suspeitos de maus tratos. A escola tem o compromisso ético e legal de fazê-lo, bem como os demais procedimentos para a proteção da criança, fazendo cumprir os artigos do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Cordeiro (2006) informa que a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente, e o Código Penal dispõem sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de violência e

determinam as penalidades tanto para os que praticam a violência quanto aos que se omitem em denunciar.

O Estatuto da Criança e Adolescente estabelece no Art. 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente incorre multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, 1990, p. 81).

Como previsto em lei, mesmo em casos de suspeita, a notificação deve ser realizada. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu artigo 13, que “casos de suspeita ou confirmação de maus tratos deverão ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (ECA, 1990, p.10).

De acordo com Neves *et al.* (2010) entre a denúncia e as etapas de investigações e cuidado às vítimas existem vários procedimentos que envolvem profissionais de diferentes instituições, é a formação de uma rede de atenção, a qual depende da harmonia entre estas para o bom funcionamento.

Habigzang; Ramos; Koller (2011) destacam como rede de proteção à vítima: a família, escola, Conselhos Tutelares, Promotoria e Juizado da Infância e Adolescência, postos de saúde, hospitais, abrigos. Estas redes devem estar articuladas.

Portanto, é imprescindível que profissionais que trabalham com crianças, conheçam este conjunto social que compõe a rede de proteção de sua cidade e região, bem como suas atribuições, funções e a forma de acessá-las, para um atendimento satisfatório na busca da proteção integral, enfatiza Kaefler; Traesel; Ferreira (2010).

Cordeiro (2006) destaca que a comunicação poderá ser realizada também à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, à Vara da Infância e da Juventude, Delegacia de Polícia próxima do local dos fatos.

Toda a sociedade e Estado devem se dispor a trabalhar para resguardar os direitos da criança e adolescente, a Constituição Federal, Art. 227 é enfática quando diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (BRASIL, 1988, p. 37).

É de grande valia que profissionais da educação e outros se atenham também dos artigos do Código Penal em especial: 136; 213; 215; 216-A; 217-A; 218; 218-A; 218-B. Apresentam-se nestes artigos breve síntese sobre a violação dos direitos e penas a elas referentes (BRASIL, 1940).

Quanto ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), por sua vez, respaldada na Constituição, trata da proteção integral, por meio do direito à sobrevivência, ao desenvolvimento pessoal e social e o direito à liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária (CASTRO; FRANÇA, 2010).

Estão dispostos no Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n.º 8.069, de 13/07/1990 os Artigos: 5; 13; 130; 240; 241; 244; 245; 262 que falam mais diretamente sobre maus tratos e abuso sexual infantil (BRASIL, 1990). Estes devem ser estudados diligentemente, bem como seus parágrafos e alíneas.

3 METODOLOGIA

A Metodologia científica é um caminho que propõe alcançar um conhecimento, *um fim*. Consiste a um conjunto de regras para desenvolver experiências, mediando procedimentos e ferramentas para se chegar a tal finalidade (ANDRADE, 2003).

Quanto à pesquisa, Marconi; Lakatos (2006) afirmam que é um procedimento formal que utiliza o método científico na construção de novos conhecimentos ou confirmando os que já existem.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O interesse desta pesquisa consiste em verificar como as Escolas Municipais da Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Lúna/ES lidam com a questão do abuso sexual infantil intrafamiliar.

Devido às dificuldades da criança em revelar a ocorrência do abuso sexual para os membros da família e, considerando-se que a maioria dos casos de abuso sexual infantil é intrafamiliar, faz com que muitas vítimas recorram à ajuda fora da família, neste sentido o envolvimento de educadores como agentes de prevenção e mediação é um aspecto importante (ELIAS, 2010).

Entendendo que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de seus alunos, bem como promover a cidadania, é imprescindível que seus profissionais estejam capacitados para enfrentarem a difícil questão do abuso sexual infantil, e das outras formas de violência doméstica afirmam Brino e Williams (2003).

Com intuito de investigar o papel da escola frente ao abuso sexual infantil, a pesquisa verificou como professores e equipe pedagógica lidam com esta questão.

A pesquisa foi realizada em três instituições municipais públicas da área urbana da cidade de Lúna/ES que atendem crianças e adolescentes desde a educação infantil ao ensino fundamental. As instituições pesquisadas foram:

- E.M.E.I.E.F. Professora Dalila Castro Rios, localizada na Rua Professora Terpinha Lacerda – Iúna/ES. O ensino fundamental na instituição é no turno matutino do período de 07:15 às 11:20h, atendendo 265 (duzentos e sessenta e cinco) alunos de faixa etária 06 a 08 de idade. Contendo 15 (quinze) professores que ministram as aulas. A educação infantil na instituição é no turno vespertino do período de 12:45 às 17:05h, atendendo 267 (duzentos e sessenta e sete) alunos na faixa etária de 04 a 06 de idade. Contendo 17 (dezesete) professores que ministram as aulas. Compõem a equipe pedagógica da escola 1 (um) Diretor período integral, 1(um) Supervisor no turno matutino e vespertino e 1(um) Coordenador no turno matutino e vespertino.

- E.M.E.F.DR. Nagem Abikahir, localizada na Rua Galaor Rios, 299 Quilombo - Iúna/ES. A instituição é dividida em três turnos: Matutino do período de 07:15 às 11:35h, atendendo 442 (quatrocentos e quarenta e dois) alunos na faixa etária de 10 a 16 anos de idade, contendo 1 (um) Diretor; 25 (vinte e cinco) professores que ministram as aulas; 1 (um) Orientador; 1 (um) Supervisor e 1(um) coordenador. O turno vespertino é do período de 12:45 às 17:05h, atendendo 407 (quatrocentos e sete) alunos na faixa etária de 06 a 15 anos de idade, contendo 28 (vinte e oito) professores que ministram as aulas; 1 (um) coordenador; 1 (um) Orientador e 1 (um) Supervisor.

- E.M.E.F Deolinda Amorim de Oliveira, localizada na R. Ipiranga-Iúna/ES. A instituição é dividida em dois turnos, no matutino do período de 07:15 às 11:35h, atendendo 376 (trezentos e setenta e seis) alunos na faixa etária de 09 a 15 anos de idade, contendo 18 (dezoito) professores que ministram as aulas; 1(um) Diretor; 1 (um) Orientador; 1 (um) Supervisor e 1 (um) Coordenador. No turno vespertino é do período de 12:45 às 17:05h, atendendo 308 (trezentos e oito) alunos na faixa etária de 06 a 10 anos de idade, contendo 20 (vinte) professores que ministram as aulas; 1 (um) Orientador; 1 (um) Supervisor e 1 (um) coordenador.

O objeto de estudo é o abuso sexual infantil intrafamiliar, a população pesquisada foram os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como diretores, orientadores, supervisores e coordenadores; estes últimos formam a equipe pedagógica escolar.

O universo pesquisado foi escolhido pelo fato destes trabalharem com crianças na faixa etária de 4 (quatro) à 16(dezesseis) anos, visto que de acordo com pesquisa realizada por Habigzang; Ramos; Koller (2011) o abuso sexual infantil

ocorre com crianças na faixa etária de 5 a 16 anos, todavia, Elias (2010) ressalta que crianças e adolescentes são abusadas em todas as idades.

A equipe pedagógica faz parte do universo pesquisado, pois se faz necessário que professores e equipe pedagógica estejam aptos e unidos na prevenção e encaminhamentos dos casos de abuso sexual infantil. De acordo com o Guia Escolar (2004) o encaminhamento será preferencialmente institucional.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Entre os métodos científicos está a pesquisa descritiva, cujo objetivo é descrever as características de uma população e permitir a compreensão de comportamentos de diversos fatores que influenciam determinados fenômenos (ANDRADE, 2003; GIL, 2007).

Desta forma a presente pesquisa quanto aos fins, se configura como descritiva, pois, verificou e descreveu como os professores lidam com a questão do abuso sexual infantil e de que forma intervém neste grave problema.

Quanto aos meios, se caracteriza como bibliográfica, visto que Marconi; Lakatos (2006) respalda que a pesquisa bibliográfica dá suporte à investigação projetada através dos conhecimentos teóricos encontrados em livros, revistas e artigos. Para o desenvolvimento deste estudo foram utilizados artigos científicos, livros, internet, o que permitiu, portanto, caracterizá-la como pesquisa bibliográfica.

O presente estudo se caracteriza também quanto aos meios, como de levantamento. Andrade (2003) afirma que pesquisa de levantamento de dados se define pela interrogação direta de um grupo específico ou fatos que se deseja conhecer em relação ao problema estudado.

Logo, reconhece que a pesquisa é de levantamento de dados, pois foram utilizadas técnicas de questionários para coletar os dados, com intuito de responder os objetivos propostos.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Segundo Marconi; Lakatos (2006) instrumentos de coleta de dados são essências para levantarem dados e informações para melhor entendimento e esclarecimento do tema estudado.

Gil (2007) menciona que o questionário é um instrumento de coleta de dados cuja finalidade principal é traduzir os objetivos específicos da pesquisa através de perguntas bem elaboradas.

Desta forma, os dados desta pesquisa foram coletados por meio de questionário contendo algumas perguntas baseadas do instrumento de coleta de dados do trabalho realizado por Esângela Maria Vieira Rabelo e Heloisa Ferreira Cote, no ano de 2012, no Instituto Ensinar Brasil, Faculdades Unificadas de Iúna, cujo tema é “Violência Doméstica”.

O referido questionário conteve também algumas questões elaboradas pelas pesquisadoras com perguntas objetivas e algumas subjetivas, propiciando tanto dados quantitativos como qualitativos.

Antes de aplicar o questionário foi realizado o pré-teste a uma amostra da população, Andrade (2003) informa que o pré-teste tem a finalidade de saber se o instrumento de coleta de dados garantirá resultados claros e objetivos.

O pré-teste foi realizado na segunda quinzena do mês de Setembro de 2013 a fim de averiguar a necessidade de alguma alteração. Apesar do tema “Abuso Sexual Infantil” causar polêmica, os respondentes do pré-teste acharam de suma importância falar sobre o mesmo. O pré-teste foi qualificado pelos respondentes, e não houve alteração.

As pesquisadoras aplicaram o questionário durante duas semanas, com início dia vinte e três de Setembro de 2013 e término dia sete de Outubro de 2013.

Devidamente autorizadas as pesquisadoras entregaram os questionários aos professores e equipe pedagógica em mãos, em momentos do planejamento e outros nos intervalos de aula com prazo de uma semana para o preenchimento do mesmo. As escolas pesquisadas foram: E.M.E.I.E.F. Professora Dalila Castro Rios, E.M.E.F.DR. Nagem Abikahir e E.M.E.F Deolinda Amorim de Oliveira.

Foram entregues cento e vinte questionários. Em um contexto geral, quinze dos pesquisados optaram por não responder, dezoito dos pesquisados não

entregaram no prazo estipulado e sete preferiram não responder por serem substitutos dos professores titulares. Totalizaram-se oitenta questionários para análise o qual foram recolhidos pelo coordenador de turno de cada escola e devolvidos em mãos às pesquisadoras na semana seguinte.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise do questionário utilizado como instrumento de coleta de dados a fim de responder o objetivo da presente pesquisa que é verificar de que forma as Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Sede da Cidade de Iúna E/S lidam diante da questão do abuso sexual infantil.

Para a análise da pesquisa utilizou-se um total de oitenta (80) questionários, onde participou sessenta e sete (67) professores e treze (13) componentes da equipe pedagógica distribuídos entre as instituições pesquisadas.

A discussão e resultados estão expostos a seguir em gráficos e tabelas.

O GRAF. 01 apresenta a classificação dos respondentes em relação ao gênero.

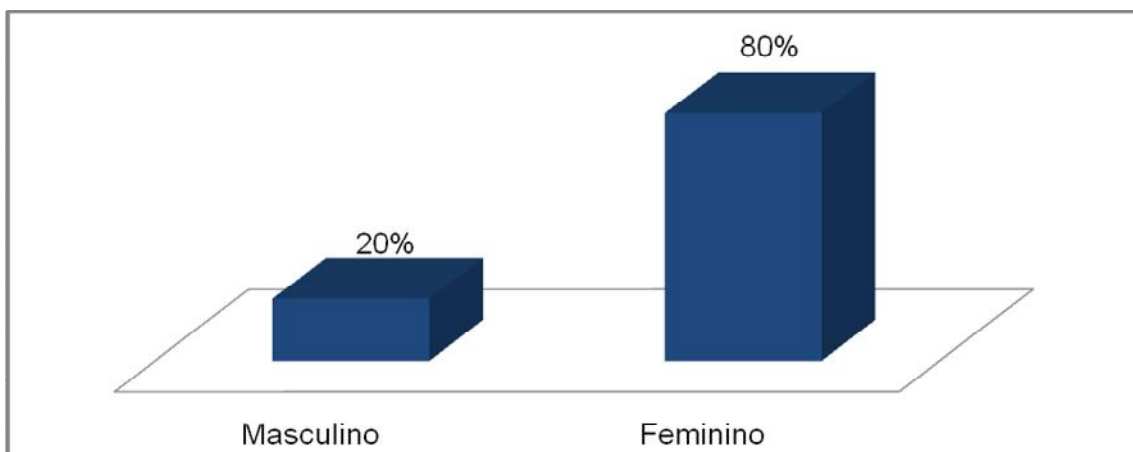


GRÁFICO 01: Classificação dos respondentes por gênero.
Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Observa-se no GRAF.01 que 20% dos respondentes são do sexo masculino e 80% do sexo feminino.

De acordo com Louro (1997) a maioria que ingressa na atividade docente é do sexo feminino. Essa atividade é historicamente envolvida por preconceitos, pois é considerada uma continuidade da educação maternal oferecida no lar, e que sempre foi ofício da mulher ensinar.

Confirmando as palavras do autor, verifica-se que a maioria dos respondentes é do sexo feminino, indicando acentuado preconceito em relação ao magistério.

O GRAF. 02 apresenta a distribuição dos pesquisados quanto à faixa etária.

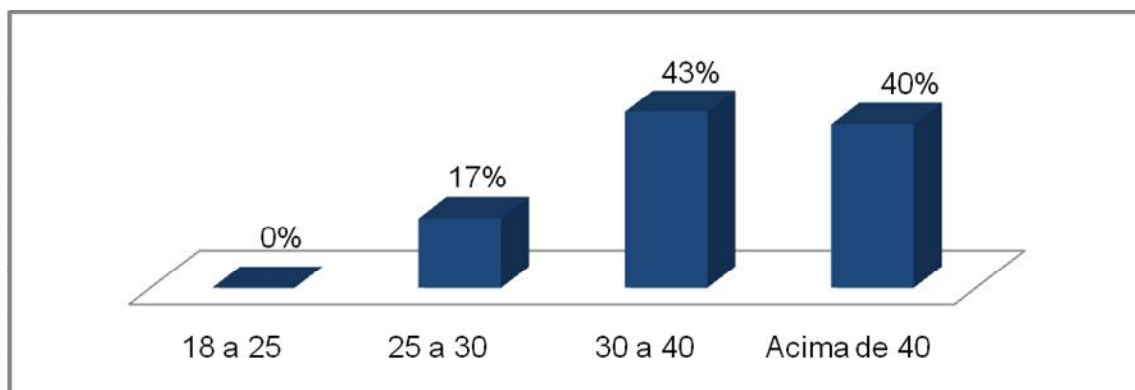


GRÁFICO 02: Distribuição dos respondentes por faixa etária.

Fonte: Dados extraídos do questionário da pesquisa.

Quanto à faixa etária dos respondentes percebe-se que não possui profissionais entre 18 a 25 anos nas escolas pesquisadas, 17% varia entre 25 a 30 anos, 43% varia entre 30 a 40 anos, e 40% dos respondentes estão acima de 40 anos.

Constata-se que a maioria dos respondentes está na faixa etária de 30 a 40 anos. Os dados estão em conformidade com o Ministério da Educação – MEC (2009) confirmando que a média de idade dos professores da educação básica é de 38 anos com pequena variação.

O GRAF.03 apresenta o levantamento do tempo de atuação dos respondentes das escolas pesquisadas.

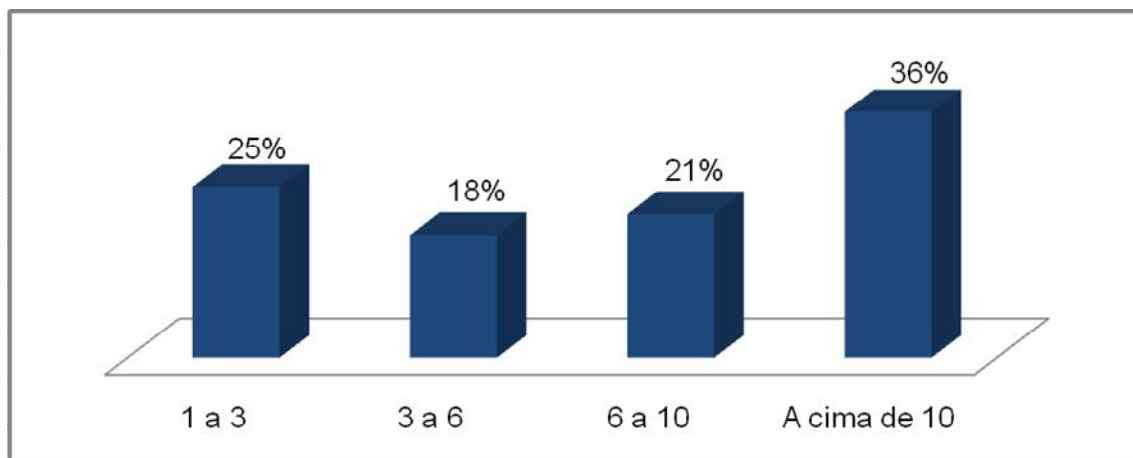


GRÁFICO 03: Levantamento do tempo de atuação dos professores e equipe pedagógica das escolas pesquisadas.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Quanto ao tempo de atuação dos respondentes, 25% disseram que trabalham de 1 a 3 anos na escola, 18% atuam de 3 a 6 anos, 21% atuam de 6 a 10 anos e 36% trabalham acima de 10 anos na instituição.

Constata-se que a maioria dos pesquisados trabalham a mais de dez anos na Instituição, podendo oferecer experiência para um trabalho excelente, além de permitir que conheça de forma mais profunda seus alunos e a comunidade que a escola está inserida.

Segundo Dubar (1991) o professor que ensina durante muitos anos, o que ele faz carrega marcas de sua identidade e parte de sua existência é caracterizada por sua profissão. O tempo é um fator importante na edificação dos saberes que servem de base ao trabalho docente.

O GRAF.04 apresenta em percentuais a função exercida pelos respondentes das escolas pesquisadas.

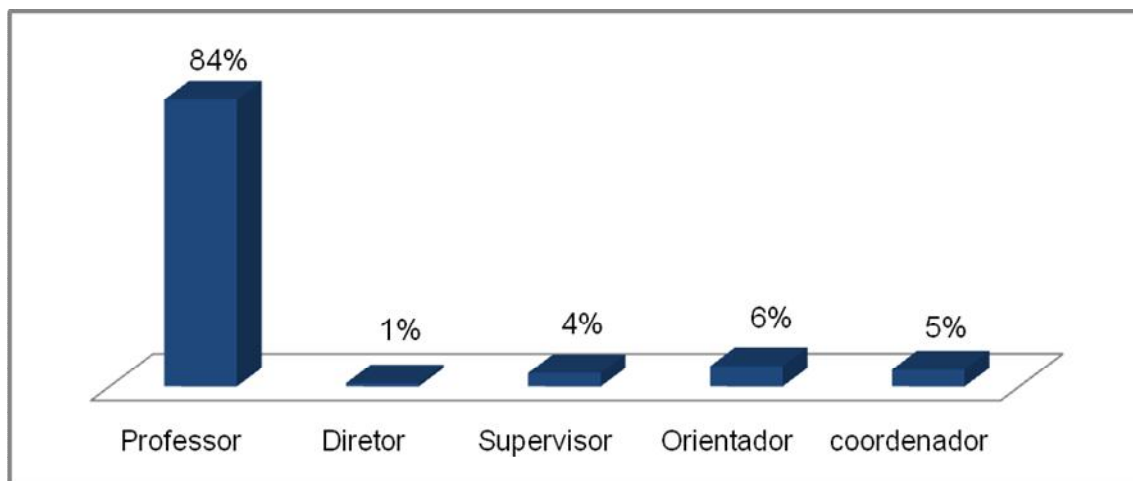


GRÁFICO 04: Distribuição da função exercida na escola pelos respondentes.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

De acordo com o GRAF.04 84% dos respondentes são professores, 1% diretor, 4% supervisor, 6% orientador e 5% coordenador.

Observa-se que a maioria dos profissionais das escolas pesquisadas são professores, estes têm contato direto com seus alunos, contribuindo para o desenvolvimento global dos educandos, podendo ser assistidos e auxiliados pelos demais profissionais.

Os professores podem oferecer muito mais que ensino de conteúdos curriculares, podem transmitir valores que servirão para toda vida. Estes não estão sozinhos neste processo, os demais funcionários também participam do desenvolvimento do aluno, dando suporte necessário, confirma Almeida (2009).

Os pesquisados foram indagados quanto ao seu entendimento acerca do conceito de abuso sexual infantil intrafamiliar, verifica-se os dados no GRAF. 05.

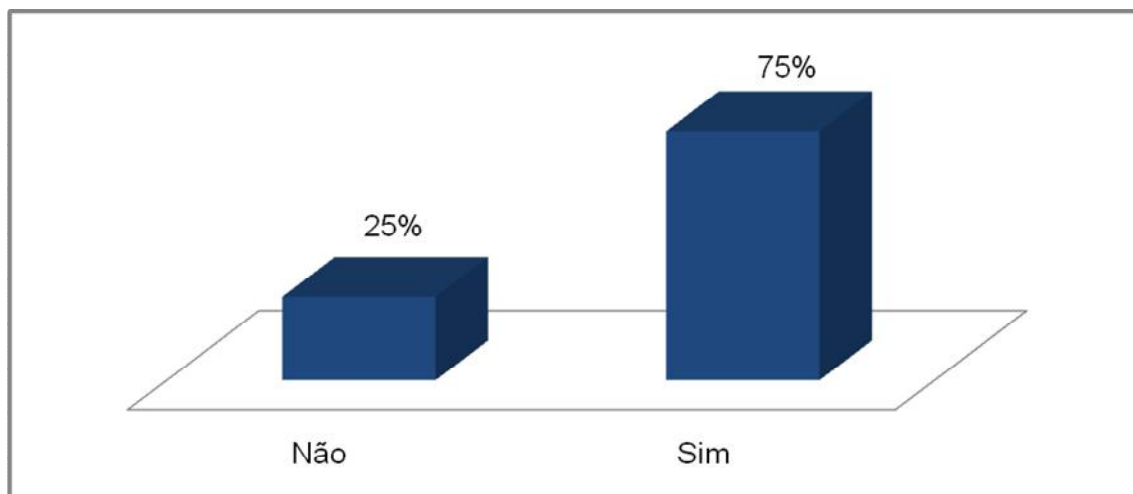


GRÁFICO 05: Entendimento dos respondentes acerca do conceito de abuso sexual infantil intrafamiliar.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

De acordo com o GRAF.05, 25% dos respondentes disseram não saber conceituar abuso sexual infantil intrafamiliar, enquanto 75% dos pesquisados afirmam saber conceituar.

Nota-se que a maioria dos respondentes afirmaram saber conceituar abuso sexual infantil intrafamiliar, porém, Elias (2010) menciona que é complicado descrever sobre este assunto, pois o mesmo envolve sexualidade a qual ainda é visto como um tabu diante da sociedade, envolvendo credices, preconceitos e estereótipos.

Aos que responderam saber conceituar o abuso sexual infantil intrafamiliar, foi solicitado que explanassem o que seria. Contemplam-se detalhadamente os resultados na TAB. 01.

TABELA 01

Conceito do abuso sexual infantil intrafamiliar descrito pelos respondentes.

Conceito descrito pelos respondentes	%
Ato ou manipulação sexual ao indefeso através de violência física para obter prazer.	20%
Aspectos comportamentais.	18%
Ato abusivo obtido por meio de chantagem, coação ou violência.	11%
Não respondeu	8%
Quando a criança é estuprada por pessoas de ambos os sexos.	7%
Quando um adulto da própria família molesta uma criança.	5%
Expor a criança a situações inadequadas a sua idade.	4%
Atitudes que colocam em risco a integridade sexual, física e psicológica da criança.	2%
Total	75%

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Em relação ao conceito do abuso sexual infantil, constata-se na TAB.01 que 20% dos pesquisados entendem que é ato ou manipulação sexual ao indefeso através de violência física para obter prazer. Esta fala está parcialmente correta. O abuso sexual ocorre através de ato ou manipulação, porém, nem sempre é por meio de violência física. De acordo com o Guia Escolar (2004) ocorre também por indução, chantagem ou coação.

Observa-se que 18% dos respondentes mencionaram aspectos comportamentais demonstrando não saberem conceituar de forma correta, sendo que aspectos comportamentais são sintomas do abuso sexual e não conceito.

Continuando, 11% dos respondentes disseram que o conceito é ato abusivo obtido por meio de chantagem, coação ou violência. Os respondentes não mencionaram se este ato abusivo é intrafamiliar ou extrafamiliar, desta forma a resposta não se mostra completa, porém, próximo à resposta correta.

Constata-se que 8% dos pesquisados não responderam, demonstrando insegurança, ou hipoteticamente, falta de tempo ou boa vontade. 7% disseram que é quando a criança é estuprada por pessoas de ambos os sexos, esta resposta está parcialmente correta. O abuso não se configura somente como estupro, mas

segundo Brasil (2006) através de manipulação, exibição, voyeurismo, pornografia, entre outros.

Observa-se que 5% descreve que é quando um adulto da própria família molesta uma criança, esta resposta está parcialmente correta. Azevedo; Guerra (2007) afirma que o abusador intrafamiliar pode ter apenas relação de responsabilidade com a vítima, no caso, padrasto ou responsáveis, além do agressor não ser necessariamente um adulto, podendo ser um adolescente.

Por fim, 4% disseram que é expor a criança a situações inadequadas a sua idade e 2% disseram que são atitudes que colocam em risco a integridade sexual, física e psicológica da criança.

Nas falas acima observa-se conteúdos dos tipos do abuso sexual na forma de manipulação, violência física, violência psíquica, fator de risco, o que revela uma ótica geral do campo do abuso sexual. Embora os entrevistados revelem um conhecimento panorâmico sobre a violência sexual contra a infância, Brino; Williams (2008) ressalta a necessidade de uma compreensão maior do conceito relativo à mesma para uma intervenção consciente e efetiva.

Segundo Faleiros (2000) abuso sexual infantil é qualquer relação de caráter sexual em que o agressor está em estágio de desenvolvimento psicológico e físico mais adiantado que a vítima utilizando-se de subornos, chantagem ou ameaças. Intrafamiliar é quando existe um laço familiar ou relação de responsabilidade.

O GRAF.06 demonstra o resultado do conhecimento acerca das consequências do abuso sexual infantil.

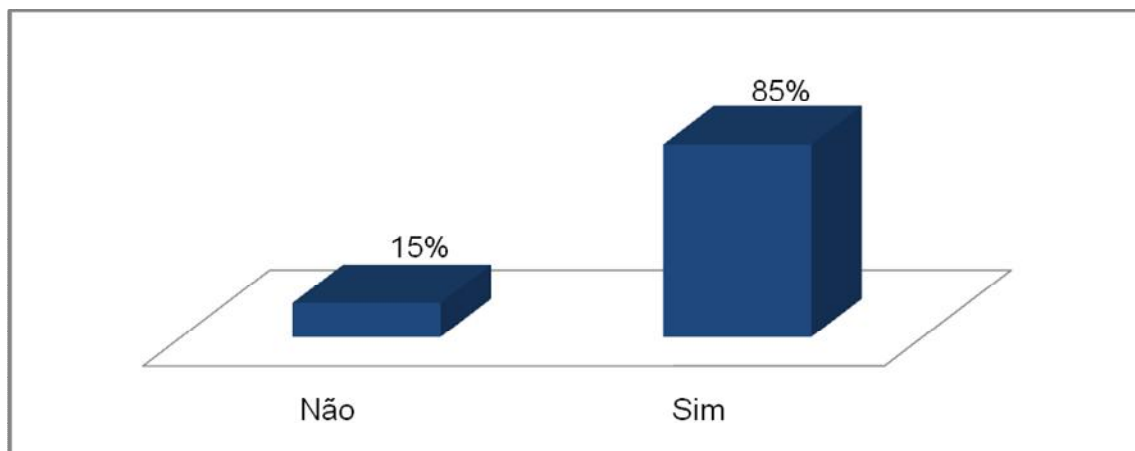


GRÁFICO 06: Conhecimento acerca das consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar.
Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Percebe-se no GRAF. 06 que 15% dos respondentes revelam não ter conhecimento das consequências do abuso sexual infantil e 85%, a maioria, disseram conhecer as consequências.

Cada dia é mais comum casos de violência sexual infantil estampado em páginas de jornais, revistas e noticiário de televisão. As informações demonstram os prejuízos que esse acontecimento funesto causa à criança (ELIAS, 2010).

Desta forma, levanta-se a hipótese que o conhecimento dos pesquisados, acerca das consequências do abuso sexual infantil pode ter sido concebido através da mídia, senso comum, por experiência da profissão ou experiência de colegas de profissão, visto que os respondentes não participaram de curso de formação sobre o assunto como revelado mais adiante desta discussão.

Aos que afirmaram conhecer as consequências do abuso sexual infantil, analisado no GRAF.06, pediu-se para que os mesmos relatassem quais seriam. O resultado pode ser observado na TAB. 02.

TABELA 02

Consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar, segundo os respondentes.

Consequências	Exemplos de consequências	%
Psicológica	Depressão, medo, ódio, insegurança, trauma, sentimento de vergonha, tristeza, ansiedade, insônia, sentimento de culpa, hiperatividade, pânico, transtorno de humor.	46%
Comportamentais e sociais	Agressividade, apatia, distração, antissocial, desconfiado, sexualidade aflorada, baixa autoestima, violência, tímido, marginalizado, comportamento autodestrutivo, reprimido, solitário.	34%
Cognitiva	Falta de concentração, dificuldade de aprendizagem, queda no rendimento escolar.	12%
Física	DST, gravidez, marcas no corpo.	6%
Não respondeu		4%
Total		102%

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Na TAB. 02 observa-se que 46% os pesquisados mencionaram que a consequência do abuso sexual infantil é psicológica, 34% disseram que é comportamental e social, 12% disseram que é cognitiva, 6% responderam que é física e 4% dos pesquisados não responderam. Os pesquisados assinalaram mais de uma opção, por essa razão ultrapassa 85% dos respondentes que afirmaram conhecer as consequências, analisado no GRAF.06.

Borges; Dell’Aglío (2008) confirmam que abuso sexual infantil é um acontecimento traumático e um fator de risco para o desenvolvimento da criança e do adolescente devido às graves sequelas físicas, comportamentais, sociais, psicológicas e cognitivas.

Nota-se que os respondentes mencionaram vários aspectos das consequências do abuso sexual infantil vindo de encontro com os autores acima citado. Estes dados demonstram que os pesquisados conhecem as consequências que o abuso sexual causa nas vítimas.

Indagou-se aos respondentes se os mesmos conheciam situações ou sintomas que denotassem que o aluno sofre o abuso sexual; os resultados apresentam-se no GRAF.07.

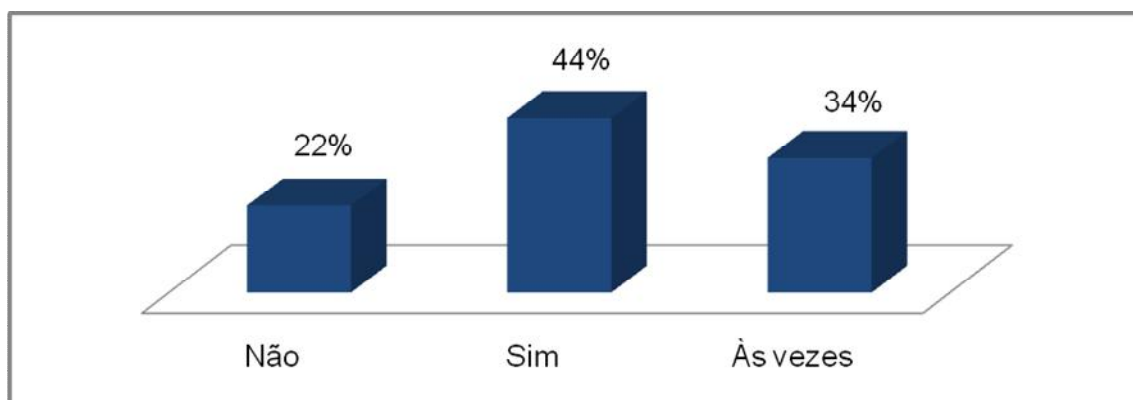


GRÁFICO 07: Identificação de situações ou sintomas que denotam que o aluno sofre o abuso sexual. Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Observa-se no GRAF.07 que 22% dos respondentes não conhecem as situações que demonstram que o aluno sofre com o abuso sexual, enquanto 44% conhecem e 34% percebem às vezes.

A maioria dos pesquisados mencionaram que conhecem ou às vezes conhecem situações que demonstram que o aluno sofre o abuso sexual. Esta afirmação se opõe a um estudo realizado por Barbosa (2008) o qual revelou que os

profissionais da educação têm pouco conhecimento sobre os sinais e sintomas que identificam este fato.

Rosas; Cionek (2006) salientam que o abuso sexual infantil é de difícil identificação, pois, na maioria das vezes não deixam marcas físicas e é cercado pelo silêncio e negação, nesse caso, torna-se fundamental a observação das alterações emocionais, comportamentais e interação familiar.

Folgato (2008) confirma as palavras de Rosas; Cionek (2006) e acrescenta:

Uma pitada de agressividade aqui, uma dose de isolamento acolá, um desenho diferente ali, gestos e atitudes. Nem só hematomas e outros sinais concretos evidenciam que uma criança sofre maus-tratos. Alterações de comportamento podem ser indicadores de que algo não vai bem. E esses detalhes, se identificados precocemente, fazem toda a diferença na hora de interromper esse sofrimento. (FOLGATO, 2008, p. 2).

De qualquer maneira, apenas conhecer alguns sintomas não é suficiente para identificar ocorrência de abuso sexual. É necessário estudo do caso para que o profissional da educação saiba identificar um conjunto de sintomas, quando e como começou o abuso.

Quanto ao conhecimento dos respondentes acerca da influência do abuso sexual infantil no processo ensino/aprendizagem dos alunos. O resultado pode ser observado no GRAF.08.

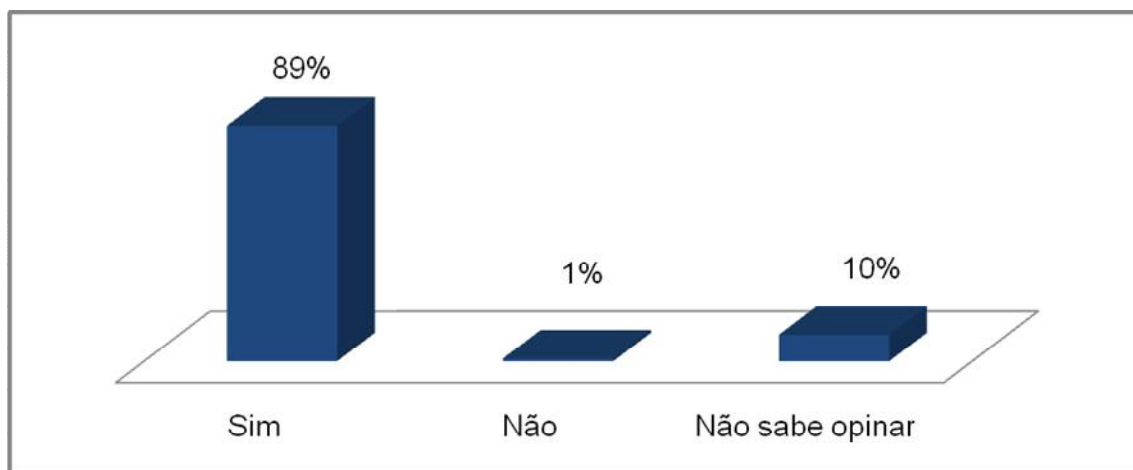


GRÁFICO 08: Conhecimento acerca da influência do abuso sexual no processo ensino/aprendizagem dos alunos.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Nota-se no GRAF. 08 que 89% dos respondentes expuseram que o abuso sexual influencia no processo ensino/aprendizagem dos alunos, 1% disse não influenciar e 10% não souberam opinar.

Observa-se que a maioria dos respondentes entende e reconhecem que o abuso sexual infantil acarreta prejuízos no processo ensino/aprendizagem dos alunos. Sanderson (2005) esclarece que na escola ficam evidentes as consequências do abuso sexual e que entre outras pistas é visível a falta de concentração e as dificuldades de aprendizagem.

Destaca-se no GRAF.09 vários prejuízos que o abuso sexual pode acarretar no aluno quanto ao processo ensino/aprendizagem, de acordo com a maioria dos respondentes analisado no GRAF.08.

O GRAF.09 apresenta percentuais dos tipos de influência que o abuso sexual ocasiona no processo ensino/aprendizagem, de acordo com os respondentes.



GRÁFICO 09: Fatores que influenciam no processo ensino/aprendizagem dos alunos.
Fonte: Dados extraídos da pesquisa

Percebe-se no GRAF.09 que 35% dos respondentes disseram que o abuso sexual infantil ocasiona falta de concentração nos alunos, 26% afirmam que o aluno tem dificuldade de assimilação do conteúdo, 12% relata que o aluno não se socializa, 9% dos respondentes mencionaram o desinteresse do aluno nas atividades e por fim, 7% citam que o aluno tem queda no rendimento escolar.

A maioria dos respondentes mencionaram que falta de concentração e dificuldades de assimilação do conteúdo escolar ocasionados pelo abuso sexual são

as causas do prejuízo no processo ensino/aprendizagem nas vítimas. Porém, todos os aspectos relatados são relevantes.

Melli (2011) ressalta que a criança que está sob constante estresse (medo, tristeza, preocupação) não conseguirá absorver o que espera que se aprenda na escola, em consequência, esta não terá um bom rendimento acadêmico.

Em relação à socialização, Sanderson (2005) afirma que muitas crianças e adolescentes, devido situações de maus tratos, apresentam dificuldades de relacionamento, impedindo a formação de vínculo de confiança, trazendo dificuldades na aprendizagem,

Questionou-se aos respondentes se a escola deveria denunciar o abuso sexual sofrido pelos alunos se por ventura viesse a ocorrer. O GRAF.10 demonstra o resultado.

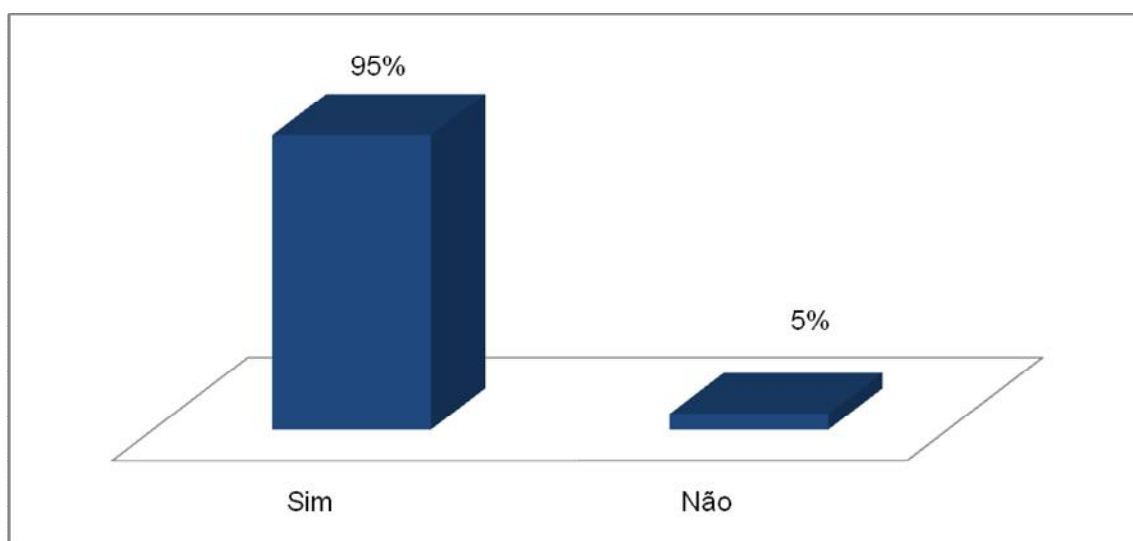


GRÁFICO 10: Levantamento da opinião dos respondentes quanto à responsabilidade das escolas em denunciar o abuso sexual sofrido pelos alunos.
Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Constata-se no GRAF.10 que 95% dos respondentes, entendem que a escola deve denunciar às autoridades competentes casos de abuso sexual identificados pela instituição, enquanto 5% acham que a escola não deve denunciar.

Apesar da grande maioria dos respondentes terem consciência da responsabilidade de denunciar casos de violência contra seus alunos, inclusive abuso sexual infantil, os mesmos não denunciam.

Uma pesquisa realizada por Rabelo; Cote (2012) mostra que as escolas representam uma frequência baixa de denúncia realizada ao Conselho Tutelar, e que a maior parte dos denunciante se concentra no anonimato.

Brino; Williams (2003) ressaltam que a baixa notificação por parte dos profissionais da educação é devido ao pouco conhecimento sobre o assunto, desconforto com o tema, medo de envolverem-se em denúncias, ou falta de conhecimento sólido das leis que ampara a criança e penaliza aos que forem omissos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu artigo 13, que “casos de suspeita ou confirmação de maus tratos deverão ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (ECA, 1990, p.10).

O GRAF.11 demonstra o papel da escola diante da suspeita ou confirmação de abuso sexual intrafamiliar sofrida por seus alunos, na opinião dos respondentes.



GRÁFICO 11: Levantamento da opinião dos respondentes quanto o papel das escolas diante da suspeita ou confirmação de abuso sexual infantil.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Conforme os dados do GRAF.11, quanto ao papel da escola diante da suspeita ou confirmação de abuso sexual intrafamiliar sofrida por seus alunos, 12% dos pesquisados responderam que a escola deve apenas denunciar, 82% mencionaram que a escola deve denunciar e fazer acompanhamento pedagógico, nenhum respondente disse intimar o agressor a uma conversa, e 6% indicaram outras atitudes.

A grande maioria dos respondentes afirmaram que o papel da escola é denunciar e fazer acompanhamento pedagógico com as vítimas do abuso sexual infantil. Diante da pesquisa bibliográfica, esta resposta é a mais coerente.

Faleiros (2008) destaca que a escola tem compromisso ético e legal de notificar às autoridades competentes casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, que inclui a violência sexual. A instituição escolar deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania.

Feito a denúncia, o Conselho Tutelar acompanhará a criança e adolescente acionando uma rede de proteção (GUIA ESCOLAR, 2004).

Ainda de acordo com o Guia Escolar (2004) a instituição pode desenvolver uma proposta pedagógica inclusiva e respeitosa, criar um ambiente que leva as vítimas a restauração da autoestima e de relações de amizade com seus companheiros.

Os pesquisados foram questionados sobre a atitude que a escola deve tomar em relação ao enfrentamento do abuso sexual infantil; os resultados estão em percentuais no GRAF.12. Ressalta-se que houve mais de uma opção de resposta.



GRÁFICO 12: Levantamento dos respondentes quanto à atitude que a escola deve tomar no enfrentamento do abuso sexual infantil.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Como demonstra o GRAF.11, 82% dos pesquisados expõem que a escola deve fazer trabalho de prevenção com os alunos através de orientação sexual na escola, 49% apontam que a escola precisa fazer trabalho de prevenção com os pais através de palestras, 25% disseram que a escola deve promover

trabalho de sensibilização da sociedade, 25% disseram que a escola deve fornecer conhecimento aos professores, e 1% outros.

Nota-se que a maior porcentagem dos pesquisados refere-se à prevenção com os alunos através de orientação sexual na escola, porém, ressalta-se que prevenção com pais, sensibilização à sociedade e fornecimento de conhecimento aos professores, são quesitos importantes no enfrentamento do abuso sexual infantil.

Em relação à prevenção com alunos, Brasil (2006) afirma que é papel da escola transmitir conhecimentos sobre seu corpo através da Orientação Sexual, reflexões sobre limites que estes devem impor com relação a ter seu corpo tocado, visando à autoproteção.

Sanderson (2005) afirma que a busca de conhecimento para identificação dos casos de abuso sexual infantil deve ser de grande importância para a escola e responsáveis pela criança, assim como a sensibilização da população em geral. Esta formação precisa ser visto como trabalho de enfrentamento.

Quanto à participação dos respondentes em cursos específicos sobre o abuso sexual infantil, os resultados estão expostos no GRAF.13.

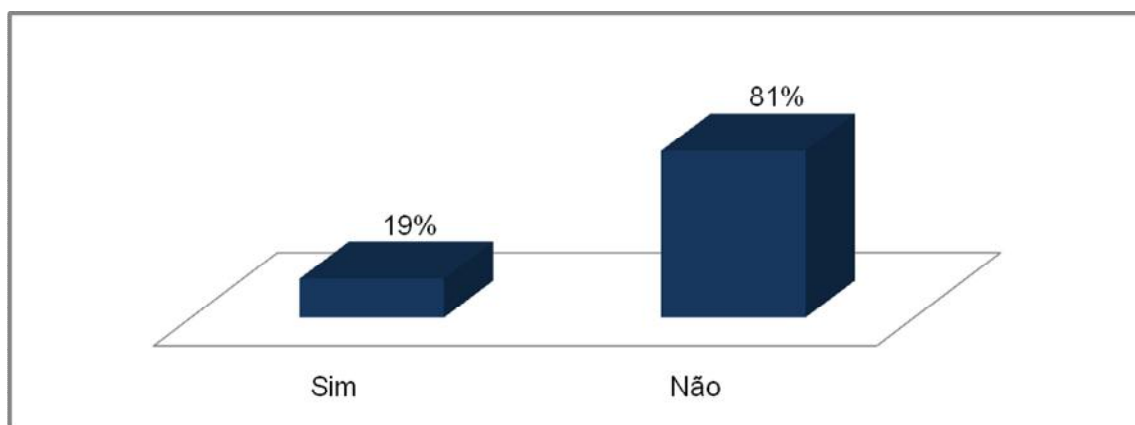


GRÁFICO 13: Levantamento dos respondentes quanto à participação em curso específico sobre abuso sexual infantil.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

O GRAF. 13 mostra que 19% dos respondentes disseram ter participado de cursos sobre o abuso sexual infantil, enquanto a grande maioria, 81% afirmam não ter participado de cursos referentes ao assunto.

Barbosa (2008) destaca a importância de se criarem instrumentos como: sensibilização, capacitação, materiais de apoio capaz de favorecer os profissionais

da educação na identificação dos sinais de abuso sexual contra a criança, a fim de contribuir com prevenção e proteção das vítimas.

Percebe-se através dos dados que os profissionais das escolas pesquisadas precisam de capacitação para lidar com a grave realidade do abuso sexual infantil, assim sendo, poderão fazer a diferença frente a esta questão.

Brino; Willians (2003) mencionam que esse quadro se deve ao descaso dos órgãos públicos no enfrentamento do problema, agravando a falta de capacitação dos profissionais da educação.

Indagou-se sobre a existência de programa de prevenção nas escolas pesquisadas com relação à temática do abuso sexual infantil. Observa-se o resultado no GRAF.14.

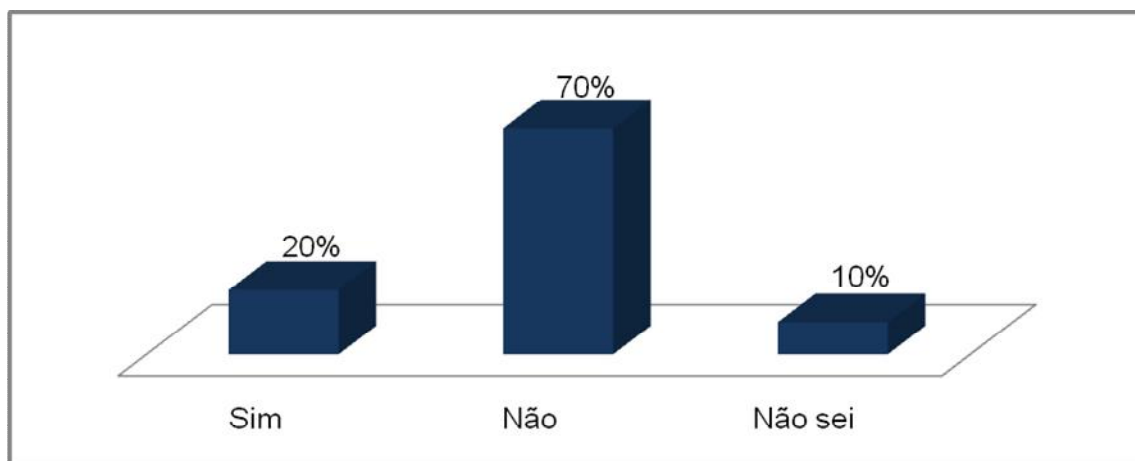


GRÁFICO 14: Levantamento da existência de programa de prevenção com relação à temática do abuso sexual infantil.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

Nota-se no GRAF.14 que 20% dos pesquisados responderam existir programa de prevenção com relação à temática do abuso sexual infantil na escola onde trabalha, 10% não souberam responder e 70% afirmam não existir tal programa.

Constata-se através dos dados que a maioria dos respondentes afirmam não existir programa de prevenção com relação à temática do abuso sexual nas escolas, porém, as instituições devem ter postura diferente e promover além de conteúdos básicos, temas transversais afetivo-sexual.

Fica claro a emergência da participação da escola no enfrentamento desta problemática, pois é seu papel transmitir às crianças conhecimentos sobre

seus direitos e assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando aos alunos apoio e proteção por ações educativas com vista a autodefesa e conscientização (KAEFER; TRAESEL; FERREIRA, 2010).

Quanto ao conhecimento da Lei que proíbe qualquer forma de violência, especificamente a sexual, contempla-se o resultado no GRAF.15.

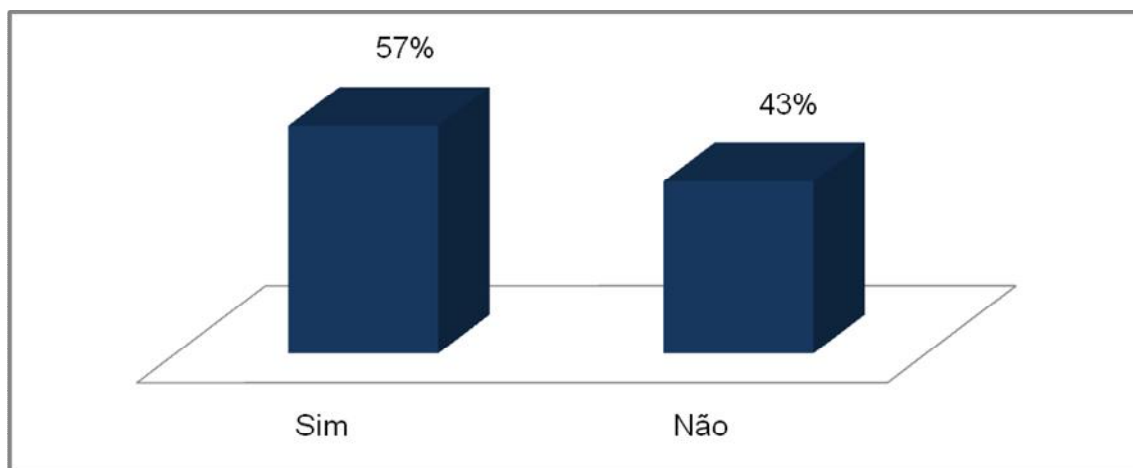


GRÁFICO 15: Distribuição dos respondentes quanto ao conhecimento da Lei que proíbe qualquer forma de violência especificamente a sexual.

Fonte: Dados extraídos da pesquisa.

De acordo com o GRAF.15, 57% dos respondentes têm conhecimento de lei que proíbe qualquer forma de violência, especificamente a sexual e 43% não conhecem.

Nota-se que a maioria dos respondentes afirmam conhecer a respeito da lei que proíbe qualquer forma de violência, especificamente a sexual, porém, um número expressivo disse não conhecer, denotando a necessidade de formação em cursos específicos e atitude pessoal na busca de conhecimento.

Para Cesca (2004) as leis de proteção à criança e adolescente deveria ser contemplada na formação inicial e continuada do professor para que este pudesse contribuir diretamente para a vivência da cidadania, dignidade, respeito, liberdade e dos valores fundamentais da pessoa humana por parte de seus alunos.

Pedi-se para os que conhecem as leis as relatassem. Pode-se contemplar o resultado na TAB.03, ressaltando que houve pontuação de mais de uma resposta, por esta razão ultrapassou a porcentagem de 57%.

TABELA 03

Lei que protege a criança e adolescente de qualquer forma de violência, especificamente abuso sexual.

Lei de proteção a maus tratos a criança e adolescente	%
Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)	42%
Não respondeu	12%
(ECA) - Lei 8.069/1990 Art. 240 e 241	3%
Constituição Federal	2%
Código Penal - Art. 214	1%
Total	60%

Fonte: Dados extraídos da pesquisa

Observa-se na TAB. 03 que 42% dos respondentes expuseram o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) como principal lei de proteção a criança e adolescente, enquanto somente 3% destacaram o artigo exposto nesta lei, 12% não responderam, e por fim um número inexpressivo de 2% disseram Constituição Federal e 1% o Código Penal.

A maioria dos respondentes mencionou o (ECA) como lei de proteção à criança e adolescentes. Todavia Bidarra; Sasson (2009) afirmam que a maioria dos profissionais da educação sabem que existem leis de proteção como o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, não conhecem os preceitos expostos no mesmo; este fato pode comprometer no momento de intervenção.

Desta forma, é essencial que todo cidadão, especialmente profissionais que trabalham diretamente com crianças, atenham-se das leis e seus artigos para ficarem cientes quanto a seus deveres, assim como os direitos e proteção da criança e adolescentes.

Cordeiro (2006) informa que além do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal e o Código Penal dispõem sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de violência e determinam as penalidades tanto para os que praticam a violência quanto aos que se omitem em denunciar.

Neste caso, decorar artigos de leis não se faz obrigatoriedade, mas estudo diligente e tê-lo sempre em mãos, dedicar-lhe atenção é o mínimo que se pode realizar.

Perguntou-se aos respondentes quanto ao sentimento de responsabilidade dos mesmos pela intervenção com os alunos que sofrem abuso sexual, verifica-se o resultado no GRAF.16.

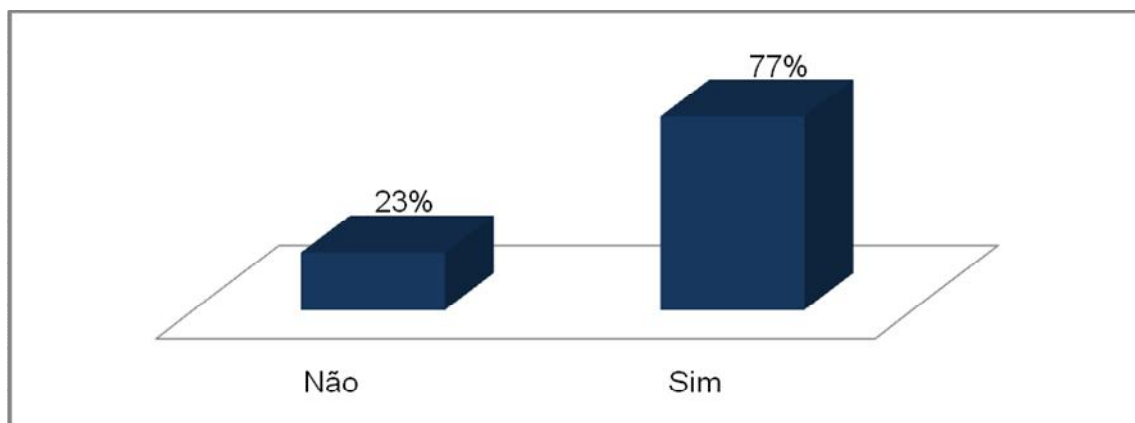


GRÁFICO 16: Levantamento dos respondentes quanto sua responsabilidade pela intervenção com os alunos que sofrem violência sexual.

Fonte: Dados extraídos do questionário da pesquisa.

Nota-se no GRAF. 16 que 23% dos respondentes disseram não se sentir responsáveis pela intervenção aos alunos que sofreram abuso sexual enquanto 77% mencionam que se sentem responsáveis.

Constata-se que a maioria dos pesquisados demonstram sentimento de responsabilidade pela intervenção das vítimas, atestam que conhecem seu papel enquanto professor e ser social, além do mais, esta resposta vem ao encontro do que estabelece o Estatuto da Criança e Adolescente no Art. 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente incorre multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, 1990, p. 81).

A lei é clara quando diz que o profissional que trabalha diretamente com criança deve intervir no caso de maus tratos, porém muito mais que questão de lei, Barbosa (2008) destaca que é questão de humanidade.

Desta forma torna-se válido expor alguns comentários dos que disseram se sentir responsáveis pela intervenção. Extraíram-se três comentários considerados mais significativos, um de cada escola. Observa-se abaixo:

“Enquanto professores, todos devemos cuidar do bem estar do aluno, somos responsáveis por construir com a família, igreja, comunidade, cidadãos de bem e saudáveis” (ESCOLA 1).

“Se convivo com a criança passo a fazer parte da vida dela e ela da minha. Se ela é parte da minha vida sinto a dor que ela está sentindo. Ajudarei de alguma forma” (ESCOLA 2).

“O aluno passa boa parte de seu tempo na escola, sinto-me responsável, pois talvez a escola e o professor seja a única ajuda para esta criança” (ESCOLA 3).

Todos os comentários são plausíveis, inclusive neste último, Brino; Williams (2003) enfatiza que por ter contato diário com a criança, o professor pode e deve ser um agente de proteção e às vezes chegar a ser o único refúgio da criança abusada, nos casos em que a própria família é a responsável pela violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual infantil intrafamiliar é uma realidade que ocasiona prejuízos ao desenvolvimento global da criança e considerando que sua ocorrência é dentro do ambiente familiar, a escola poderá ser um agente de proteção à criança, visto que esta passa boa parte do seu dia na instituição.

Nesse sentido esta pesquisa teve como finalidade analisar como as Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Lúna/ES lidam com a questão do abuso sexual infantil intrafamiliar.

De acordo com a análise da pesquisa conclui-se que apesar da grande maioria dos profissionais questionados, não terem participado de curso de formação a respeito do abuso sexual infantil e uma quantidade expressiva não conhecerem leis que amparam as vítimas, reconhecem o papel da escola quanto à prevenção, identificação e encaminhamento as autoridades competentes.

Quanto ao conceituar o abuso sexual infantil intrafamiliar, constatou-se que os respondentes conhecem de forma parcial, havendo a necessidade de uma compreensão maior para intervirem de forma consciente e efetiva.

Em relação às consequências e identificação do abuso sexual infantil por parte dos respondentes, os mesmos demonstraram conhecer e estão sensibilizados a esta questão, inclusive, citando vários aspectos físicos, comportamentais, sociais, psicológicos e cognitivos que afeta a vítima. Embora, não tenham participado de curso de formação.

Sobre o papel da escola no enfrentamento do abuso sexual infantil, os respondentes acreditam que a escola possui fundamental importância na prevenção, porém, as escolas pesquisadas não possuem programa de prevenção quanto à temática.

Capacitar profissionais, orientar crianças e adolescentes, sensibilizar sociedade, faz parte de uma prevenção primária que a escola pode e deve desenvolver, cumprindo seu papel social.

Em relação às leis que amparam as vítimas de maus tratos, um número expressivo dos respondentes não conhecem e os que conhecem mencionam o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA). De fato o ECA é um dos maiores aliados

na proteção da criança e do adolescente, mas não basta saber que o ECA é uma lei, os profissionais que trabalham com crianças precisam estar a par desta lei.

Quanto o posicionamento das escolas frente a suspeita ou confirmação do abuso sexual infantil, a grande maioria dos respondentes afirmam que a escola deve denunciar e fazer acompanhamento pedagógico, assim como cada profissional de forma individual relatou que interviria neste caso e ajudaria o aluno.

No entanto, de forma contraditória, uma pesquisa realizada por Rabelo; Cote (2012) junto ao Conselho Tutelar informa que a escola é o seguimento da sociedade que menos denuncia casos de maus tratos à infância.

Desta forma, Conclui-se que as escolas pesquisadas não estão qualificadas para intervir na realidade do abuso sexual infantil havendo necessidade de capacitação continuada de seus profissionais.

Para tanto é necessário reflexão pessoal, interesse das instituições de ensino e políticas públicas no enfrentamento da temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela. **É preciso integrar os funcionários da escola**. Revista Nova Escola. São Paulo, ano 26, n. 290, p. 5-6, set. 2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola**: um olhar da psicanálise e da saúde pública. 2008, p. 99.

Dissertação (Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional, Ciências da Saúde, Rio de Janeiro. Disponível em:

http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_psicanalise/1_GABRIELLA_FERRARESE_BARBOSAformas_de_prevenir_a_violencia_sexual_contra_a_crianca_na_escola_um_olhar_da_psicanalise_e_da_sa.pdf. Acesso em: 04/05/2013.

BIDARRA, Zelimar Soares; SASSON, Susana Karen Hans. Ação extensionista em defesa do direito fundamental de crianças e de adolescentes, “à liberdade ao respeito e a dignidade”. Ponta Grossa, V. 5, n. 1, 2009, p. 44/48 In: **Revista Conexão UEPG**. Disponível em:

<<http://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/viewFile/3781/2760>>. Acesso em: 28/10/2013.

BISCEGLI, Terezinha Soares; ARROYO, Helena Hotz, HALLEY, Nathália da Silva *et al.*, Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada. São Paulo: **Revista Paulista Pediatria**, v. 26, n. 4, p. 365/371, maio/ago. 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010305822008000400010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18/03/2013.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL’AGLIO, Debora Dalbosco. Abuso Sexual Infantil: Indicadores de Risco e Consequências no Desenvolvimento de Crianças. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**. UFRS.RS v.42, n 3, p. 528- 536. Jan/jun, 2008. Disponível em:

<http://www.doaj.org/doaj?func=openurl&genre=article&issn=00349690&date=2008&volume=42&issue=3&page=528>. Acesso em: 24/04/2013

BRASIL, Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências, Brasília. Atualizado com a Lei nº 12.010 de 2009, 3ª Edição, Fev., 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pela Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo decreto nº 186/2008 e pela Emenda Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL, Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940 alterado pela Lei nº 9.777 em 26/12/98. Disponível em:
http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf. Acesso em: 25/04/2013

BRASIL, Instituto WCF. **Refazendo laços de proteção**: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD, 2006.

BRAUN, Susana. **A violência Sexual Infantil na família**: Do silêncio à revelação do segredo. 1 ed. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcante de Albuquerque. Concepções de professores acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v.1, n.119, p.113-128, jul/dez, 2003. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/7073/4389>. Acesso em: 24/04/2013.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Professores como agente de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação e Realidade**. São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, v.33, n. 2, p. 209-229, Jul/dez, 2008. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/7073/4389>. Acesso em: 01/05/2013.

CASTRO, Gabriela Brito de; JUNIOR, Ivan França. Abuso Sexual Infantil sob o olhar dos Direitos Humanos. **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. São Paulo: Editora Horizonte, p.1-13. 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em:
[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277949826_ARQUIVO_Abuso sexual infantilsoboolhardosdireitoshumanos-FazendoGenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277949826_ARQUIVO_Abuso%20sexual%20infantilsoboolhardosdireitoshumanos-FazendoGenero.pdf). Acesso em: 25/04/2013.

CESCA, Taís Burim. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 41-46, set./dez., 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102_71822004000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 07/11/2013.

CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a Prevenir**: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

DUBAR, Claude. **La socialisation**: construction des identités sociales et professionnelles. Paris: Armand Collin, 1991.

ELIAS, Rosane Joaquim. **Violência sexual infantil**: Dificuldades e Possibilidades no Trabalho do Professor. 2010. f. 56. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/185/Rosane%20Joaquim%20Elias.pdf?sequence>. Acesso em: 21/04/2013.

FALEIROS, Eva Silveira; OLIVEIRA, Josete de. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília, CECRIA / MJ-SEDH-DCA / FBB / UNICEF, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira Faleiros. **Escola que Protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed., Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz (org). **O fim do silêncio na família**: Teoria e Prática. São Paulo: Ágora, 2002.

FOLGATO, Marisa. Um mundo de silêncio que você pode derrubar. **Nova escola**. São Paulo, ano 23, n. 214, p. 2 -15, Ago.2008 (Encarte Especial).

FURNNIS, Tilmam. **Abuso sexual da criança**: Uma abordagem Multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. (trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIA ESCOLAR: **Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Ramos da. A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.27, n. 4, p. 467-473. Out/Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>. Acessado em: 18/04/2013

KAEFER, Caim Otílio; TRAESEL, Elisete Soares; FERREIRA, Carla Lisandra. A comunidade Escolar como protagonista na prevenção da violência contra criança e adolescente. **Vidya**, Santa Maria, v.30, n.2, p.21-31, Jul/Dez, 2010. Disponível em: < <http://www.unifra.br/vidya> > Acesso em: 20/03/2013.

LABADESSA, Vanessa Milani; ONOFRE, Mariangela Aloise. Abuso Sexual Infantil: Breve Histórico e Perspectivas na Defesa dos Direitos Humanos. **Revista Olhar Científico**, RO, Faculdades Associadas de Ariquemes, V. 01, n.1, Jan./Jul. 2010. Disponível em: <http://www.faar.ed.br/revista>. Acesso: em 29/04/2013.

LOURO, Guaracira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELLI, João Carlos. **As Consequências do Abuso Sexual para o Desempenho Acadêmico da Criança**. 2011. f. 41(Monografia) UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, São Carlos-SP. 2011. Disponível em: http://www.ufscar.br/~pedagogia/novo/files/tcc/tcc_turma_2005/260916.pdf. Acesso em: 13/05/2013.

Ministério da Educação – MEC. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: Inep, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>. Acesso em 13/10/2013.

NEVES, Anamaria Silva; CASTRO, Gabriela Brito de; HAYECK, Cynara Marques; CURY, Daniel Gonçalves. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em Psicologia**, Uberlândia-MG, V. 18, n. 1, p. 99 /111, maio/dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a09.pdf>. Acesso em: 29/04/2013.

PIMENTA, Mirela Camarota. Infância perdida. **Revista do Ministério Público do Estado de Goiás**, ESMP.GO.ano. 12, nº 17, p.7 a 20 Jan/Mar, 2009. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/revista_do_mp_n_17.pdf. Acesso em: 02/04/2013

RABELO, Esângela Maria; COTE, Heloisa Ferreira. **Os reflexos da violência doméstica no âmbito escolar**. 2012.80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Instituto Ensinar Brasil- Faculdades Unificadas de Iúna, 2012.

ROSAS, Fabiane Klazura; CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias. O impacto da Violência Domestica contra Crianças e Adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32857-40822-1-PB.pdf>. Acesso em: 10/05/2013.

SALOTO, Estevão Gomes. Homem que abusava da filha e dos enteados é preso. **A Notícia do Caparaó**. Iúna, 29, mar. 2013. Polícia, p. 4-4.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças**: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005 (trad. Frank de Oliveira).



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PROFESSORES E EQUIPE PEDAGOGICA INSTITUTO ENSINAR BRASIL

FACULDADES UNIFICADAS DE IÚNA

Este questionário tem por objetivo subsidiar a elaboração da monografia das alunas Ana Paula Mineguce da Silva e Denise dos Santos Pereira Pires, regularmente matriculadas no 8º período do curso de Pedagogia das Faculdades unificadas de Iúna, sob a orientação da Prof. Júnia Moreira de Freitas.

A pesquisa tem como objetivo verificar como as escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da sede da cidade de Iúna/ES lidam diante da questão do abuso sexual infantil intrafamiliar

O senhor (a) foi selecionado (a) pelo fato de trabalhar diretamente com crianças e adolescentes na área educacional. Esclarecemos que o questionário não se destina a uma avaliação individual, não havendo, portanto necessidade de identificar o respondente. Todas as informações recebidas serão tratadas com confidencialidade.

Gostaria de contar com 10 minutos de sua atenção bem com de sua contribuição neste levantamento. Por oportuno, agradecemos a preciosa colaboração de V.Sa. e colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Nome do aluno – Contato:

Ana Paula Mineguce da Silva : anapaula_mayne@hotmail.com Cel.(28) 99588512

Denise dos Santos Pereira Pires : deniseuriel@gmail.com Cel. (28) 98832514

Nome do professor orientador :

Júnia Moreira de Freitas - juniamoreiradefreitas@yahoo.com Cel.(28) 99875039

1) Sexo

feminino masculino

2) Qual sua idade?

entre 18 à 25 anos entre 25 à 30 anos

entre 30 à 40 anos acima de 40 anos

3) Há quanto tempo você trabalha nessa instituição?

entre 1 à 3 anos entre 3 à 6 anos entre 6 à 10 anos acima de 10
anos

4) Exerce qual função dentro da escola?

professor diretor supervisor orientador coordenador

5) Você sabe conceituar abuso sexual infantil?

Não

Sim. Explique o que é: _____

6) Você conhece as consequências que o abuso sexual infantil pode acarretar na criança e adolescente?

Não Sim. Quais _____

7) Enquanto profissional que trabalha diretamente com crianças e adolescentes você consegue identificar situações ou sintomas que denotam que o aluno sofre violência sexual?

Não Sim Às vezes

8) Para você o abuso sexual influencia no processo ensino/aprendizagem dos alunos?

Sim Não Não sabe opinar

9) Para você a escola deve denunciar a violência sexual sofrida pelo aluno?

Sim Não

10) Para você qual é o papel da escola diante de suspeita de abuso sexual intrafamiliar sofrida pelos alunos?

Apenas denunciar

Denunciar e fazer um acompanhamento pedagógico com o aluno

Intimar o agressor a uma reunião na escola para uma conversa sobre suas atitudes

Outros. Descreva: _____

11) Qual atitude a escola deve tomar no enfrentamento do abuso sexual infantil?

Trabalho de prevenção com os alunos, através de orientação sexual na escola

Trabalho de prevenção com os pais, através de palestras

Sensibilizar à sociedade

Fornecer conhecimento aos professores

Outros. Quais? _____

12) Você, enquanto profissional na área da educação, já participou de curso específico sobre o assunto?

Sim Não

13) A escola desenvolve programas de prevenção em relação a temática do abuso sexual infantil?

Sim Não Não sei

14) Você conhece alguma lei que proíbe qualquer forma de violência contra criança e adolescente, especificamente violência sexual?

Sim, qual? _____

Não

15) Você, enquanto parte do corpo docente se sente responsável pela intervenção aos alunos que por ventura vier a sofrer abuso sexual ?

Não Sim. Comente:

Agradecemos a sua colaboração!